

## UMA ECONOMIA POLÍTICA<sup>1</sup> DO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO GAÚCHO

Em busca de fundamentos para uma economia política das diferentes dinâmicas do processo de regionalização do desenvolvimento contemporâneo no Rio Grande do Sul.

Para tratarmos das diferentes dinâmicas do processo de regionalização do desenvolvimento do Rio Grande do Sul, precisamos ser ousados e fugir um pouco ou muito das fórmulas clássicas e disciplinares de se fazer ciência econômica regional.

Como sabemos, na compreensão ortodoxa do que seja ciência e rigor científico, as ciências naturais e sociais percorrem caminhos metodológicos distintos, na definição de seus objetos de estudos<sup>2</sup>. No caso das ciências naturais, os objetos de pesquisa são dados pela natureza dos mesmos, cabendo ao pesquisador formular a pergunta-problema; já no caso das ciências sociais, ocorre o contrário. Os objetos de estudo são construídos ou os problemas de pesquisa são formulados pelos pesquisadores. Por isso, os cientistas sociais podem construir seus objetos de pesquisa e os constituem para satisfazer curiosidades pessoais ou as necessidades/possibilidades de crescente processo de formalização, como pode ser observado no caso da ciência econômica regional. Além disso, podem estar subordinados aos interesses da instituição de pesquisa, pública ou privada, onde os pesquisadores trabalham. Ou, é claro, podem estar a serviço da comunidade e da cidadania, o que é muito pouco comum em nossos dias.

De qualquer maneira, se, num primeiro momento, a separação entre as ciências naturais e sociais favoreceu e potencializou o desenvolvimento tecnológico, num segundo momento, a permanência da separação tem transformado as ciências naturais em uma ciência

---

<sup>1</sup> Uma economia política no sentido que lhe dá Schwartz, 2000, 14) “a economia só faz sentido como uma prática de seguir regras cuja eficácia depende do contexto. [Ao mesmo tempo,] buscando rótulos, alguns já denominam esse campo como uma economia política neo-grmasciana”.

<sup>2</sup> Além de consultar a respeito Santos, 1988 que trata desta diferenciação com cuidado e rigor é interessante registrar aqui que “no interior da ciência, distingue-se com cuidado as ciências exatas das ciências humanas, como se as ciências exatas fossem desumanas (ou super humanas) e as ciências humanas – inexatas (ou não exatas). A terminologia anglo-saxônica é ainda pior: fala de ciências duras (hard sciences) e de ciências suaves (soft sciences). (...).

[Na verdade,] O que está em jogo, são as noções de definição, de rigor e de objetividade, as quais dão a medida da exatidão (ou da dureza). No fundo, de acordo com o pensamento clássico, a única definição exata é a definição matemática, o único rigor digno deste nome é o rigor matemático e a única objetividade é aquela que corresponde a um formalismo matemático rigoroso” (Nicolescu, 1999, 99).

a-histórica e anti-social e tem caracterizado as ciências sociais como uma ciência metafísica e antinatural.

Os que fundamentam seus estudos e pesquisas nos pressupostos das leis gerais da natureza concebem o mundo econômico, social e político como um mundo natural, um mundo dado pela natureza. Em sendo assim, tudo o mais é natural: as diferenças, as liberdades, os direitos, entre outros, portanto, são inquestionáveis.

Já os que fundamentam seus estudos e pesquisas nos pressupostos das leis gerais da sociedade concebem o mundo econômico, social e político como um mundo social; portanto, um mundo construído pelo homem. Em sendo assim, não há limites para a espécie humana: tudo pode ser construído e desconstruído de acordo com os interesses e valores ditados pelo “deus” homem, ou melhor, pelo sistema, esquecendo, ou melhor, negando, inclusive, a sua condição natural de ser de carne e osso; portanto, de ser, antes de tudo, natureza. Na verdade, essa separação não é de todo disfuncional ou irracional, como poderia ser entendido. Essa separação, além de servir ao sistema, reproduzindo-o indefinidamente, organiza a luta pela sobrevivência e legitima a apropriação desigual dos frutos do desenvolvimento desumano.

Aqui, pretende-se enfrentar essas armadilhas da ciência econômica regional contemporânea e do método científico, transgredindo as análises tradicionais e “os saberes fechados”, produzidos pela divisão do trabalho científico. Para tanto, partimos da comprovação de Polanyi (2000) de que a dinâmica da sociedade moderna é governada por um duplo movimento: um, é o movimento destrutivo ditado pela dinâmica da economia de mercado; outro, é o contramovimento definido por um comportamento defensivo de uma sociedade que enfrenta mudanças (137). Isso ocorre dessa forma, segundo Polanyi, somente porque a economia de mercado, transformou-se numa sociedade de mercado através da “redução do homem à mão-de-obra, [à mercadoria recursos humanos ou capital humano, como preferem os “neoliberais”], e da natureza à terra” [à mercadoria recursos naturais ou capital natural, como falarão em breve os social-democratas que já ensaiam o termo *governance* para atualizar o discurso]. Dessa forma, “o homem, sob o nome de mão-de-obra, e a natureza, sob o nome de terra, foram colocados à venda” (Idem, *Ibidem.*, 137), mediados pelo dinheiro que “é apenas símbolo de poder de compra (...) [já que], como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais” (Id., *Ib.*,85).

A tese comprovada por Polanyi continua atualíssima e revela-se em dois movimentos contrários: o movimento de globalização econômica-financeira e o contramovimento regionalização sócio-ambiental<sup>3</sup>.

No movimento do econômico, com a crescente transnacionalização de espaços econômicos, ocorre a interligação de regiões (lugares) estratégicas economicamente para valorização do capital, principalmente conformando redes verticalizadas<sup>4</sup> e, por isso, hierarquizadas, de pontos (regiões ou lugares) estratégicos aos fluxos desregulados de capitais (Tavares,1993), viabilizados pela “crescente liberalização dos movimentos de capitais entre as principais praças de negócios” (Belluzzo,1997, p.152), constituindo, assim, “uma práxis privada e pública de cunho liberalizante e estimuladora da especulação”(Braga, 1997, p. 201), o que leva à financeirização da riqueza global (Braga,1997).

Dessa forma, constituem-se as redes organizadas e estruturadas, segundo a capacidade técnico-econômica de cada região ou lugar (ponto na rede) em alavancar e comandar volumes crescentes de recursos financeiros, em controlar e analisar informações e em produzir e utilizar conhecimentos tecnológicos (Harvey,1993).

Essa capacidade de orientar e direcionar fluxos financeiros, gerar e considerar cenários futuros no processo decisório presente e desenvolver habilidades de regiões (lugares), normalmente, em nossos dias, está associada à existência e/ou influência de grandes grupos econômico-financeiros, multinacionalizados.

Neste contexto hierarquizado, comandado por transnacionais (Dowbor, 1998), as redes alteram-se, modificando suas regiões ou lugares econômicos (pontos estratégicos), com muita frequência e velocidade. Isso tudo, porque “poderosas e concretas empresas transnacionais” (Dowbor, 1998, p.14) modificam suas posições na rede de acordo com seus interesses corporativos (Braga, 1997). “Dotadas de grande poder financeiro e de influência sobre a opinião de mercado, elas são, na verdade, formadoras de convenções, no sentido de que podem manter, exacerbar ou inverter tendências” (Belluzzo, 1997, p. 177). Dessa forma,

---

<sup>3</sup>Em textos anteriores, já trabalhamos a atualização da tese polanyiana: Becker, 1998; Becker, 2000; Becker e Bandeira, 2000; e Becker, 2001c.

<sup>4</sup>“ (...) verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas de processos sociais”(Santos et al, 1994, p. 16). Na mesma página o próprio Autor ressalva: “Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, com as redes, há o espaço banal, o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns”. Dizemos nós, este é o espaço daqueles servem ao ou se servem do processo de valorização do capital.

incluem e excluem, novas e velhas regiões, nos e dos fluxos comerciais e financeiros transnacionalizados (Braga, 1997).

Basta observar a desintegração da sociedade argentina. Esta é uma experiência vivida e próxima.

Assim, a transnacionalização dos espaços econômicos leva as regiões (lugares) a se tornarem possibilidades alternativas à valorização do capital financeiro. As regiões ou lugares (pontos na rede) que assegurarem as melhores condições para a valorização do capital financeiro transformam-se, em suas bases regionais-locais, numa base sempre provisória e temporária, já que o capital financeiro caracteriza-se por sua volatilidade e mobilidade. Isso implica que, aparecendo outra região (lugar) mais em conta, mais favorável, o capital financeiro migra para essa nova região ou lugar (ponto na rede) (Becker, 1998).

Nesse ambiente, o próprio processo de desenvolvimento faz com que “ regiões tenham agora de concorrer entre si para firmar posições nos fluxos globais, ou ficarão fora dos fenômenos mais dinâmicos” (Kumar, 1997, p.165) do desenvolvimento contemporâneo.

Já no contramovimento do social, com a crescente regionalização dos espaços sociais<sup>5</sup>, ocorre a interligação de áreas (regiões) contíguas, necessárias socialmente para a produção e reprodução da vida humana, num primeiro plano, e da vida em geral, num segundo plano, principalmente configurando relações horizontalizadas (Santos, 1994)<sup>6</sup> e, por isso, relações de cooperação entre os agentes local-regionais do desenvolvimento, tendo em vista a reprodução social (cultural) e ambiental (natural) do lugar/local (comunidade, municipalidade, região, estado, nação) em seu conjunto.

Com a regionalização da reprodução social e ambiental do lugar, os interesses do sistema “pelas particularidades do local, localidade, heranças e história coincidem com a renovação global do reconhecimento, pelo capitalismo, da importância do local” (Kumar, 1997, p.197), da região, para a produção da sobrevivência humana. “Tal fato não se choca, ao contrário, complementa a tendência do capitalismo, em sua fase global, de comprimir e unificar o espaço (Idem, Ibidem, p.107). É esse “encurtamento do espaço que

---

<sup>5</sup>Para uma discussão conceitual da dinâmica espacial atual consultar: BENKO, 1999 e HARVEY, 1993.

<sup>6</sup>“As horizontalidades serão os domínios da contigüidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial (...) [que constituem ] o espaço banal, o espaço de todos[ os incluídos e os excluídos], todo o espaço [ o poluído e o não-poluído]”.(p. 16)

põe em concorrência comunidades diferentes em todo o globo” (Harvey,1993, p.271). A guerra fiscal é uma de suas formas de manifestação.

“Esse fenômeno teve como um de seus efeitos, inesperadamente, a renovada importância do local e uma tendência para estimular culturas(...) regionais” (Kumar, 1997, p.132), e abre caminhos para a ”participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global” (Leite,1994, p. 26). Termos como cooperação, participação, parceria, consórcio, integração, ao lado de outros como diferenciação, diversificação, pluralização passam a fazer parte do discurso dos agentes local-regionais (econômicos, sociais, políticos) do desenvolvimento (Becker, 1996).

E isso é funcional ao sistema, já que “a criação de um espaço global abstrato, homogêneo, gera um impulso contrário para a localização, a diferenciação e a diversidade” (Kumar,1997, p.197). Com isso, abre-se a possibilidade concreta para a existência e coexistência competitiva de múltiplos modelos de desenvolvimento regional (Becker, 1998).

Por um lado, surge a necessidade (o movimento), e com ela os elementos determinantes de uma região (lugar) econômica articulada de forma especializada, setorializada, verticalizada e hierarquizada pelos interesses econômico-corporativos multinacionalizados da reprodução do capital financeiro. Nessa condição, uma região (lugar) economicamente determinada na rede mundial de valorização do capital. Constituindo “apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns”. Dizemos nós, este é o espaço daqueles servem ao ou se servem do processo de valorização do capital, um espaço apartado por uma pequena minoria privilegiada.

Por outro lado, surge a possibilidade ( o contramovimento defensivo e/ou ativo), e com ela os elementos desafiantes de uma região (lugar) social e ambiental auto-articulada de forma espacializada, regionalizada, horizontalizada e contigualizada pelos interesses local-regionais de reprodução da vida. Enquanto tal, uma região (lugar) social e ambiental autodeterminada pelo processo de regionalização da valorização da vida, constituindo-se no “espaço de todos”, no espaço dos incluídos e, também, dos excluídos, e de “todo o espaço”, no espaço poluído e no não-poluído, inclusive, no “espaço banal”, no espaço do ocioso, do improdutivo, enfim, um espaço de uma gigantesca maioria desfavorecida.

É essa a necessidade-possibilidade (movimento x contramovimento) constituidora desse “novo” lugar (região) de desenvolvimento, resultante de um lado, e, setorialmente, da dinâmica econômica-corporativa de produção e reprodução do capital e, de outro lado, e, regionalmente, da dinâmica sócio-ambiental de produção e reprodução da vida, que configuram e conformam as diferentes dinâmicas de regionalização do processo de desenvolvimento contemporâneo.

Diante dessa dinâmica ou dessa lógica, não restam muitas opções às comunidades regionais (aos múltiplos lugares). Normalmente, os agentes do desenvolvimento local-regional reagem de forma passiva e submissa à dinâmica do sistema, aceitando as oportunidades decorrentes dessa nova divisão internacional do trabalho, definidas pelo próprio processo de transnacionalização dos interesses econômicos corporativos financeirizados. É a tal da dependência submissa. Ou uma abertura para dentro subsumindo à dinâmica do capital financeiro.

Nessa forma de reação, a única possibilidade de desenvolvimento de uma determinada região (ponto na rede) é servir aos interesses dos conglomerados, transnacionalizados, concedendo-lhes todo tipo de facilidades. É a velha e surrada fórmula de se fazer desenvolvimento, concentrando investimentos e renda e, assim, gerando crescentes desequilíbrios regionais e desigualdades sociais (Becker,1998).

Em tese, portanto, a possibilidade de que aflorem e coexistam múltiplas regiões (múltiplos lugares) de desenvolvimento é uma realidade decorrente do próprio processo de transformação do sistema capitalista e é funcional ao mesmo. Enquanto tal, muito antes de ser uma possibilidade, é uma necessidade do próprio sistema, uma vez que, ao mesmo tempo em que com uma mão transnacionaliza e homogeneiza, com outra mão regionaliza e heterogeneiza e com as duas mãos flexibiliza e intensifica a competição entre os locais, recriando as regiões econômicas.

A partir dessa supremacia do mercado, cria-se a possibilidade de espaço para o diverso, o diferente e o plural, o que, contraditoriamente, traz à tona as múltiplas dimensões da vida humana e as possibilidades de um desenvolvimento regional diferenciado e diferenciador e, portanto, alternativo.

Assim, reaproxima os recursos humanos do humano e os recursos naturais da natureza, retornando aos fundamentos primeiros do desenvolvimento. Neste contexto, os

múltiplos processos de desenvolvimento podem organizar-se e orientar-se pelas necessidades e interesses locais, fundados e fundamentados na capacidade autônoma de articulação interna dos agentes regionais do desenvolvimento e na capacidade de articulação autônoma dos interesses socioambientais regionalizados, com os interesses econômico-corporativos globalizados (Becker,1993).

Nessa construção, diversificar, diferenciar e pluralizar transformaram-se em pressupostos e objetivos viabilizadores de inserções diferenciadas e diferenciadoras; portanto, alternativas dos múltiplos lugares no processo de desenvolvimento global. Abre-se, assim, o espaço para as histórias locais, as tradições do lugar, enfim, para os desejos e fantasias localizados não só no sentido poético e lúdico, como se pode à primeira vista pensar, mas para colocar em concorrência os múltiplos lugares, com o que a valorização do capital financeiro é acelerada no tempo e no espaço, transformando as regiões (os lugares) econômicas em espaços alternativos para a valorização do capital financeiro ( Becker, 1996). Em outros termos, abre espaço para a competição interregiões (interlugares) e, assim, para o processo de regionalização do desenvolvimento contemporâneo (Becker, 1997 e 1996).

Diante dessa constatação inquestionável, muitos se questionam, inconformados: por que os processos regionais de desenvolvimento não são harmônicos socialmente, não são convergentes setorialmente e regionalmente e, não são equilibrados ambientalmente? Enfim, simplificando, por que os processos regionais de desenvolvimento não são iguais dinamicamente e se diferenciam entre si?

Os processos de desenvolvimento não são iguais porque, a dinâmica do desenvolvimento contemporâneo caracteriza-se por ser resultado da síntese de dois processos contrários e, ao mesmo tempo, complementares:

a) um, de transnacionalização dos espaços econômicos (globalização), que pode ser, em tese, considerado como sendo o da direção econômico-corporativa do desenvolvimento, uma ação exercida de fora para dentro e de acordo com interesses econômico-corporativos, multinacionais, multissetoriais e multifuncionais.

b) outro, de regionalização dos espaços sociais (localização), que pode ser considerada, em antítese, como sendo a reação sócio-ambiental do desenvolvimento, uma contra-ação exercida de dentro para fora e, de acordo com os interesses sociais e ambientais dos agentes do desenvolvimento do lugar .

Desses movimento de contrários, pode abortar ou nascer, enquanto síntese, um modelo e/ou um projeto próprio e específico, a complementaridade que une em um só, o duplo movimento de contrários, de desenvolvimento da região. Este modelo, na sua forma de reação passiva, abortada, resultará da incapacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos), de superarem as contradições e resolverem os conflitos, através da articulação dos interesses locais com os interesses sócio-ambientais regionalizados, o que impossibilita a construção de um projeto próprio e específico. Nessa forma passiva, os interesses sócio-ambientais são abortados regionalmente, quando o são, de acordo com os interesses econômico-corporativos multinacionalizados (o mercado capitalista). É o mercado, a economia globalizada que determina a dinâmica do desenvolvimento regional.

Já o modelo, na sua forma de (re)ação ativa, nascida, resultará da capacidade organizacional dos agentes regionais (econômicos, sociais, políticos) de superarem as contradições e resolverem os conflitos através da articulação dos interesses locais com os interesses sócio-ambientais regionalizados. E, sobre e após essa integração regional, construir um projeto próprio e específico de inserção diferenciada e diferenciadora, portanto alternativa, da economia regional na global, vinculando os interesses econômico-corporativos multinacionalizados (o mercado capitalista) aos interesses sócio-ambientais regionalizados. Esta articulação, na sua forma de (re)ação ativa, somente será possível se os agentes regionais, enquanto protagonistas diretos do desenvolvimento regional, fizerem nascer, naturalmente, na esfera da política, um aparato político-institucional mediador e viabilizador do seu processo de desenvolvimento.

Dessa forma, a esfera da política retorna enquanto esfera mediadora dos dois principais movimentos do desenvolvimento local-regional: uma, como esfera resolutora dos conflitos e contradições resultantes do movimento do econômico e do contramovimento do social do processo de desenvolvimento, conformando a ação passiva ( presente fazendo um acerto com o passado, ou tendo origem no passado); e outra, como esfera viabilizadora da articulação dos interesses local-regionais em torno de um projeto de desenvolvimento próprio e específico, configurando a ação ativa na construção de uma dinâmica, diferenciada e diferenciadora, de desenvolvimento do futuro (o presente sendo a verdadeira origem do futuro).

Isto tudo seria verdadeiro, se não estivéssemos engalfinhados num embate político-ideológico entre duas concepções de mundo, aparentemente antagônicas, legimitadoras e cimentadoras do desenvolvimento contemporâneo: de um lado, encontram-se aqueles que vendem a idéia de com mais mercado e menos estado, seríamos mais livres, ricos e felizes; de outro lado, colocam-se aqueles que defendem mais estado e menos mercado, porque só assim seríamos mais iguais, justos e tranqüilos. Entre os neoliberais de plantão e os social democratas de ocasião, o fato é que o desemprego gerado pelo mercado auto-regulado já não se transforma mais em desemprego “financiado” pelo Estado do Bem Estar Social.

A velha fórmula dos mecanismos de mercado destruindo as sociedades e as economias e estas se valendo dos instrumentos de intervenção estatal para dar conta da reconstrução das sociedades e das economias, parece não funcionar mais. Acontece que os mercados, ao se transnacionalizarem, encurralaram os Estados. E os Estados, em geral, já não conseguem mais dar conta da necessária reestruturação social e econômica das nações.

Por que será que a dita eficiência do mercado auto-regulador exclui muito mais do que inclui? E mais, por que o Estado democrático de direito, uma construção liberal, já não consegue mais incluir os excluídos pelo mercado capitalista? Ou será que os excluídos já não são mais de responsabilidade coletiva? Se isso é verdade e parece que é, cada indivíduo deve lutar individualmente pela sua sobrevivência? E que vença o mais forte, num retorno espetacular à tese darwiniana da seleção do mais forte ou à tese de Hobbes que afirma que os homens, por natureza, se comportam como lobos. Ou, segundo a versão racionalizada por Spinoza, de estado de natureza hobbesiano, estaríamos voltando a viver num “estado de guerra permanente entre todos pela sobrevivência” (Bobbio, 1995, 114). Ou, ainda, teríamos que concordar com Gramsci ao constatar que “a política está sempre atrasada em relação ao econômico”.

Então, o que está acontecendo? A criatura virou-se contra o criador? A economia estará contra a sociedade como deixam entender Perret e Roustang (1996)?. Os estados estão contra o mercado como transparece na obra organizada por Boyer e Drache (1997)?. Ou, como chega a pregar Albert (1991), estaríamos convivendo com um Capitalisme contre Capitalisme? Isto é, ou não é, o que parece ser!? O “moinho satânico” polanyiano e o “leviatã” hobbesiano estão de volta? Ou, quem sabe, não estariam Estado e mercado de mãos dadas para, em conjunto, destruírem, matarem o velho para fazerem ressurgir da tumba o

novo? No entanto, sabemos todos nós que “não podemos fazer o novo com o velho”(Nicolescu, 1999, 119)

Na verdade, tanto o mercado quanto o estado capitalista são uma construção da modernidade, uma construção humana. Por isso, os mercados, muito antes e além de serem “um mecanismo de coordenação em que as forças de procura e de oferta numa economia determinam os preços, os resultados e os métodos de produção através do ajuste automático dos movimentos dos preços” (Boyer e Drache, 1997, 15), são “socialmente construídos através de um conjunto de regras do jogo, acordadas ou impostas”. (Idem, *Ibidem*, 8). Na mesma linha, os Estados são instrumentos que a sociedade moderna utiliza para organizar-se, proteger os seus cidadãos e salvaguardar os seus valores ético-morais. (Id., *Ib.*, 25).

Se essa é a verdade, que tanto o mercado quanto o Estado são construções do homem, a dita oposição entre mercado e Estado não passa de uma falsa oposição que anima a produção acadêmica, dinamiza o mercado editorial, incendeia o debate ideológico e sustenta o embate político.

No entanto, esta falsa questão não é tão falsa quanto parece, porque tantos os governos de direita, com seus mercados auto-reguláveis, quantos os governos social-democratas, com seus Estados do bem estar social ou, até mesmo os poucos governos de “esquerda”, com seus múltiplos socialismos democráticos, acabam sendo muito semelhantes na sua forma concreta de governar, ou seja, no conteúdo de suas políticas macroeconômicas. Privilegiam cada vez mais a produção e reprodução do capital em detrimento da produção e da reprodução da vida, seja na dimensão humana, ou nas muitas outras dimensões da vida.

Até que ponto, algum dia, em tempos recentes, o mercado e o estado estiveram a serviço da sociedade humana? Será que, na prática, não temos muito mais mercado e estado do que deveria para a produção do capital e muito menos do que precisamos para a produção da vida. Conforme comprovam todos os números<sup>7</sup>, o mercado cresce ativamente, principalmente os mercados financeiros e o comércio de bens e serviços, transnacionalizados, e o estado cresce passivamente, através da sua crescente dívida pública<sup>8</sup>, pagando a conta da globalização. Então, podemos afirmar ser a aparente falsidade da oposição entre mercado e

---

<sup>7</sup>Ver os números sobre mercados em: Fiori, 1999; Castells, 1999; Hirst e Thompson, 1998; Tavares e Fiori, 1997; Chesnais, 1996.

<sup>8</sup>Números sobre o crescimento dos gastos públicos e da dívida pública podem ser encontrados em: Dowbor, 1998; Chorney, 1997.

estado uma forma de escamotear ou esconder a verdade essencial de serem, tanto os mecanismos de mercado, quanto os instrumentos de intervenção do estado capitalista formas de dominação de classe. São, antes, mecanismos e instrumentos a serviço de uma determinada classe, a classe dominante mundializada.

Portanto, e por enquanto, parece que tanto o mercado quanto o Estado, mas muito mais o mercado do que o Estado, fugiram ao controle social e estão mais do que nunca a serviço dos grandes conglomerados econômico-financeiros multinacionalizados. Isso só confirma tanto a crença neoliberal num mercado mundial auto-regulável, como o melhor e mais eficiente mecanismo para constranger os governos, quanto às reações social-democratas que concebem as intervenções de governo como a única alternativa para controlar os mercados descontrolados<sup>9</sup>. São duas pregações a serviço do velho padrão de desenvolvimento, revelando que *“la crise consiste appunto nel fatto che il vecchio muore e il nuovo non può nascere: in questo interregno se verificano i fenomeni morbosi più svariati”*<sup>10</sup> (Gramsci, 1975, 311). São velhas receitas para tratar de uma nova realidade de regionalização do desenvolvimento contemporâneo.

Neste contexto de crise, deve-se *“combattere chiunque voglia di questi avvenimenti dare una definizione unica, o che è lo stesso, trovare una causa o un’origine unica. Si tratta de un processo, che há molte manifestazioni e in cui cause ed effetti si complicano e si accavallano. Semplificare significa snaturare e falsificare. Dunque: processo compesso, come in molti altri fenomeni, e non ‘fatto’ unico che si ripete in varie forme per una causa ad origine unica”*<sup>11</sup> (Gramsci, 1975, 1755)<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> Essa “nova” realidade desespera Kurz (1992) que conclui:

“Já não tem mais sentido algum recorrer ao Estado contra o mercado, e ao mercado contra o Estado. A falha do Estado e a falha do mercado tornam-se idênticas porque a forma de reprodução social da modernidade perdeu completamente sua capacidade de funcionamento e de integração”. E constata “Ninguém pode afirmar que conhece um caminho cardeal para sair da miséria; ninguém pode tirar da cartola um programa de supressão da mercadoria moderna [ o dinheiro]. A fatalidade é apenas que até agora nem se iniciou uma discussão que enfoque o problema”. E decreta, ... isso torna impossível contornar os problemas ...” (234).

E, assim, todos parecem enredarem-se nas crenças e fantasmas do passado ao se negarem, conforme veremos, a fazer a crítica as relações sociais capitalistas, manifestadas na forma dinheiro e a pensar formas alternativas de relações sociais.

<sup>10</sup>“o velho morre e o novo não pode nascer, interregno no qual se verificam os fenômenos morbosos mais variados” (Gramsci, 1975, 311).

<sup>11</sup> “combater quem quer que queira dar uma definição única da crise ou, o que é o mesmo, encontrar uma causa ou uma origem única. Trata-se de um processo que tem muitas manifestações e no qual causas e efeitos se complicam e se superpõem. Simplificar, nestes caso, significa desnaturar e falsificar. Ou seja: é um processo complexo e não um ‘fato’ único que se repete de várias formas a partir de uma causa e origem única”.

Nesta concepção de crise, abrem-se e ampliam-se as possibilidades de uma análise crítico-alternativa da dinâmica do processo de regionalização do desenvolvimento contemporâneo, nas suas múltiplas manifestações locais, considerando que a crise, na proposição gramsciana, não é mera derivação da dinâmica econômica, subproduto mecânico das contradições da acumulação capitalista, mas um processo amplo e complexo. É uma “crise orgânica”, uma crise da economia de mercado, uma “crise do Estado” e uma crise da sociedade em seu conjunto. Trata-se, pois, de uma efetiva desagregação da vida econômica, política e social sob o capital financeirizado e transnacionalizado. Neste tempo, as elites intelectuais e dominantes não só não assimilam elementos novos como desassimilam uma parte de si mesma retornando ao passado morto, recuperando e dando nova roupagem ao velho credo liberal ou à velha social democracia, como queiram ou permitam as suas consciências, já que, enquanto ideologias do passado, só podem “pretenderem ser novas” (Bobbio, 1995, 33)

Assim, trata-se de uma crise que põe em xeque o conjunto da estrutura mundial, altera as estruturas econômico-sociais e as superestruturas político-institucionais do mundo contemporâneo, transforma as relações intranacionais e internacionais, faz surgir novos sujeitos e novos protagonistas desdobrando-se numa multiplicidade de efeitos e respostas regionais (Nogueira, 1998, 65).

Em outros termos, pode-se retomar a tese e afirmar que a crise resulta de um duplo movimento, ao mesmo tempo, contrário e complementar, por isso, de difícil equilíbrio: o movimento da expansão contínua da economia de mercado, o qual se fundamenta no credo liberal do mercado auto-regulável e tem como objetivo estabelecer-se enquanto sociedade de mercado sobre bases auto-reguladas e globalizadas, pressupondo o predomínio de valores materiais e de uma razão instrumental; e o contramovimento defensivo das sociedades locais, destinado a frear e regular o mercado, o qual se funda na dimensão natural da espécie humana e das demais espécies e, por isso, tem como objetivo a proteção do homem e da natureza, preservando e promovendo os valores naturais, culturais e ético-morais (Leis, 1995, 29).

---

(Gramsci, 1975, 1755)

<sup>12</sup> São os múltiplos determinantes e desafios decorrentes desta crise que exigem novos fundamentos teóricos e procedimentos metodológicos para se entender a dinâmica de regionalização da economia.

Assim, enquanto movimento econômico-financeiro e contramovimento sócio-ambiental (Polanyi, 2000), demandam, completamente, uma esfera da política, não como reflexo da economia, mas como uma esfera mediadora, resolutora e viabilizadora, das transformações, nas esferas econômica e social (Gramsci, 1975).

E é a partir dessa “crescente socialização da política verificada nas sociedades contemporâneas que Gramsci elabora sua teoria ‘ampliada’ do Estado (...) [constatando] uma nova esfera do ser social que é a sociedade civil” (Coutinho, 1998, 53).

Munido dessa teoria ampliada do Estado Gramsciana, é possível “debruçar-se sobre (...) [os processos de desenvolvimento regionais] enquanto totalidade, desvendando suas contradições, processos e estruturas” (Simionatto, 1998, 37). E, assim, é possível conceber a sociedade civil como um

terceiro sistema de poder [e, ao mesmo tempo,] (...) tomar consciência do seu papel para vir a ser uma entidade por si mesma, a começar a ter voz própria, a impor suas opções plurais; em resumo, reequilibrar, a seu favor, a relação de forças perante o Estado e as instituições que dominam a vida econômica [o mercado], sejam elas privadas ou públicas. Isto, porque uma constatação banal e, não obstante, essencial salta aos olhos: o desenvolvimento somente pode manifestar-se lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente (Sachs, 1986a, p.115).

Além desta, pode-se fazer outra constatação não menos banal: é, também, regionalmente “que as vontades são determinadas, já no nível dos interesses materiais e econômicos (...) e passam objetivamente por um processo de universalização [politização] que leva à formação de sujeitos coletivos” (Coutinho, 1998, 35), protagonistas diretos e mediatos, passivos ou ativos, do desenvolvimento regional.. Isso, sem dúvida, se concretiza com a

participação social [e cidadã] no processo de decisão e construção regional, garantindo a adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global (...). Essa participação é (...)um processo formativo lento, uma recuperação coletiva da capacidade de organizar e de construir uma região [lugar, local, comunidade]. (Leite, 1994, p.26).

Entretanto, não se pode esquecer que é por sua natureza contraditória que a democracia participativa torna-se cada vez mais subversiva, sendo, por isso, incômoda, desordenada, freqüentemente irritante. Enquanto processo de democratização, ela educa e abre espaços para o plural, para o diverso, para o diferente. Portanto, admite o conflito, a divergência e a contradição<sup>13</sup>. É exatamente essa dimensão subversiva do processo de democratização em curso, que organiza e estrutura o processo de regionalização do desenvolvimento contemporâneo no Rio Grande do Sul.

---

<sup>13</sup> Ver a esse respeito Becker, 2001c. Especialmente, ver o item 6 e seguintes do Cap. 2.

Por isso, romper com as opções reducionistas e a concepção de mundo expressada na unidade ideológica da pura e simples oposição<sup>14</sup>, economia versus sociedade ou estado versus mercados<sup>15</sup> é pressuposto para quem queira elaborar uma nova forma de pensar o processo de desenvolvimento, especialmente as manifestações locais e regionais do processo de regionalização do desenvolvimento contemporâneo. Pensar crítica e alternativamente os processos de desenvolvimento local-regionais é fazer a análise “*non in astratto, ma in concreto, sulla la base del reale e dell’esperienza efetiva*”<sup>16</sup>(Gramsci, 1975, 2268). É o que se sugere com este trabalho. É preciso partir do concreto das economias regionais e da experiência vivida pelos protagonistas ativos e diretos dos processos de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul.

Para tanto e teoricamente, podemos nos valer de Braga (2000, 46) e dizer que as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional resultam diretamente das mudanças estruturais ou qualitativas que um processo de desenvolvimento regional sofre a partir de alterações endógenas; de Oliveira (1986, 62) e dizer que essas transformações estruturais qualitativas, juntamente com a estrutura social vigente no passado da região é que determinam as diferentes dinâmicas nos distintos processos de regionalização do desenvolvimento; e de Balibar (apud Belluzzo 1987, 90) e dizer que as diferentes dinâmicas do processo de regionalização do desenvolvimento contemporâneo é “um movimento de desenvolvimento interior à estrutura e suficientemente determinando por ela (...), que se efetua de acordo com um ritmo e uma velocidade próprias determinadas pela estrutura, possuindo uma orientação necessária irreversível, e conservando indefinidamente, em uma outra escala, as propriedades da estrutura”.

Contemporaneamente, essas estruturas são rotuladas por alguns de “capital social<sup>17</sup>”, como é o caso Putnam (1996), ao analisar a experiência italiana de regionalização

---

<sup>14</sup>Conceber o espaço político como duas partes, únicas e exclusivas, onde uma exclui a outra e nada entre elas se interpõe, é o que Bobbio, (1995, 35/36) e Nicolescu, (1999, 29, 30 e 31) chamam de terceiro excluído. Esta discussão será levada a termo com maior profundidade no Capítulo 2, deste trabalho.

<sup>15</sup> Senão por outro motivo, devemos romper porque não há nenhuma contradição externa entre Estado, mercado e sociedade, mas sim, contradições internas ao próprio capital, tendo em vista que o Estado é um dos elementos do capital, bem como, o mercado de que falamos é o mercado capitalista e a sociedade é a sociedade de mercado.

<sup>16</sup>“não no abstrato, mas no concreto: sobre a base real e da experiência efetiva”

<sup>17</sup> “... diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas...”.(Putnam, 1996,177. Constituindo-se em “recursos cuja oferta aumenta com o uso, em vez de diminuir, e que se esgotam se não forem utilizados” (Hirschman apud idem ibidem, 179). Transformando, normalmente em “um bem público, ao contrário do

do desenvolvimento contemporâneo; outros preferem rotulá-las de "capital sinérgico", como o fez Boisier (1999) ao acompanhar, enquanto técnico da CEPAL, a experiência de regionalização do desenvolvimento chileno; por fim, terceiros, ao analisarem experiências de regionalização em nações, cujos estados, desde a sua origem moderna e capitalista, não foram estados unitários, estão denominando de *governance* estas formas de estreita interação dos agentes (econômicos, sociais e políticos) do desenvolvimento, constituindo modelos próprios e específicos de desenvolvimento regional, conforme resumem Bandeira, (2000, p. 38 e segs) e Streeten, (2001, 117 e segs)<sup>18</sup>.

Essas formas de organização social pró-desenvolvimento regional aparecem mais concretamente nas múltiplas e novas formas de cooperação intra-regional e inter-regional, visando a competição. É por isso que, essas combinações novas cada vez mais dependem de iniciativas político-institucionais e cada vez menos dependem da espontaneidade criativa do empresário schumpeteriano.

São exemplos clássicos dessa nova realidade: a *Terza Itália*, o *Silicon Valley*, a *Route 128*, *ZIRST – Grenoble*, *Cambridge*, entre tantas outras muitas iniciativas de novas combinações pensadas e levadas a cabo por sujeitos coletivos do desenvolvimento, dos quais se destacam "as celebradas conexões com a indústria de 'alta tecnologia' do Vale do Silício de [Universidade] Stanford ou a Rota 128 do MIT-Boston" (Harvey, 1993, 151). O que "dénote un mode de coordination des activités productives différent de la coordination par le marché" (Ravix e Torre, 1991, 375). Ou melhor, "que le marché n'a plus le monopole de la dynamique de régulation. Les relations entre les agents économiques peuvent être gérées par leurs forces de coopération." (Kherdjemil, 1999, 271).

Isso já fez Schumpeter (1985) concluir que o estado de desenvolvimento de um povo não resulta só de determinantes econômico-corporativos, mas de uma totalidade ampla e complexa de desafios. Na mesma linha, os indícios recolhidos por Dunford (1994, 167), em suas pesquisas, revelaram que, a qualidade do desenvolvimento numa região, e seu êxito na concorrência econômica são maiores nas áreas em que o desenvolvimento se encontrar mais bem planejado e organizado socialmente, e menos regulado pelo mercado, confirmando a

---

capital convencional, que normalmente é um bem privado". (...). "Isto significa que o capital social, à diferença de outras formas de capital, geralmente tem que ser gerado como subproduto de outras atividades sociais (Id. Ib. 180).

<sup>18</sup> Para uma maior e melhor compreensão desse processo consultar: Becker, 2001a; 2001b; e 2002.

velha tese polanyiana de que o “sistema econômico é mera função da organização social” (Polanyi, 2000, 69). Em outros termos, comprovando que a “construção social do desenvolvimento” (Esteva, 2000, 73) regional, depende das formas e conteúdos dos arranjos regionais, ou melhor, da integração regional dos agentes do desenvolvimento. E esse é o diferencial do processo de regionalização do desenvolvimento contemporâneo no Rio Grande do Sul que o diferencia comparativamente dos demais estados brasileiros.

Trata-se, pois, conforme propõe Goldman (1994), de se pensar e realizar o desenvolvimento regional através do *diferencial*.

Essa questão, aliás, já havia sido discutida por Polanyi ao analisar as grandes transformações ocorridas no século XIX. No seu estudo Polanyi (2000) demonstra, por um lado, como o primado do econômico e a crença no mercado capitalista auto-regulável levaria inevitavelmente à autodestruição da civilização<sup>19</sup>. Sua tese foi a de que o mercado auto-regulável não passa de uma recatada utopia. “Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo, sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; [deixada ao seu próprio funcionamento ou deixada à sua própria lógica], ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto” (Idem, *Ibidem*, 23).

Para evitar a “autodestruição da civilização” (Id., *Ib.*, p. 23), necessariamente “a sociedade teria que tomar medidas para se proteger”. A autoproteção da sociedade recolocaria a possibilidade do controle social “da devastação (...) de um sistema incontrolado, a economia de mercado”, dessa forma, a sociedade estaria reafirmando, pelas suas próprias condições e pelas suas próprias necessidades, os valores essenciais da vida humana.

De um lado, Polanyi demonstra como a lógica econômica deixada ao livre arbítrio do mercado capitalista auto-regulável provocaria a devastação da vida humana. De outro lado, defende a necessidade da autoproteção social, a legítima defesa da sociedade, através do controle social dos mercados e/ou da auto-organização do seu processo de desenvolvimento.

Nada parece mais atual do que observar, no desenvolvimento atual, duas ordens de determinação: uma, definida pelo primado do econômico, devastando nações e

---

<sup>19</sup> Esta autodestruição, na compreensão de Schumpeter (1985, p.47), seria “construtiva” quando não imposta de fora, mas surgindo de dentro da economia local regionalizada, sendo um fator de mudança, um fator de desenvolvimento regional. Nesse sentido, segundo Beck (1997, p. 12) seria uma “autodestruição criativa” para toda uma região.

regiões; a outra, perseguida pelas sociedades regionais, reagindo à devastação e buscando proteger-se, defendendo suas sociedades da destruição<sup>20</sup>.

Em sendo assim, Polanyi aponta as três áreas básicas que demandam proteção, enquanto mercadorias<sup>21</sup>: mão-de-obra, terra e dinheiro, pois correspondem, ao mesmo tempo, à espécie humana, às demais espécies e à organização produtiva das necessidades humanas. Portanto, ele registra o duplo caráter de ser coisa e vida, mercadoria e natureza, algo fictício e algo material<sup>22</sup>. Exatamente, por isso, que um não existe sem o outro. O trabalho enquanto mercadoria (força de trabalho ou recursos humanos), só é possível porque antes é vida humana. A natureza metamorfoseada à condição de mercadoria (terra ou recursos naturais), só é viável porque antes é vida em geral. A organização produtiva enquanto produção de mercadorias (dinheiro), só é real porque antes é produção material das necessidades humanas. São estas as duas lógicas opostas e, por isso, constitutivas de um mesmo processo capitalista de produção, que vivem e convivem em constante luta. São os dois lados de uma mesma dinâmica capitalista de desenvolvimento. São os dois lados de um mesmo processo de desenvolvimento contemporâneo, que é, em si mesmo, enquanto processo de transformações econômicas e sociais, contraditório, e, enquanto processo de transformações políticas, complementar.

Por isso, repetindo com outras palavras, de um lado, organizam-se aqueles que elegem a produção e a reprodução da vida como objetivo primeiro do desenvolvimento humano; de outro lado, estruturam-se aqueles que reduziram o desenvolvimento moderno à produção e reprodução de mercadorias.

Entre estes dois extremos constitutivos e delimitadores do processo de desenvolvimento capitalista, desenrola-se o debate teórico-metodológico e embate o ético-ideológico do processo de regionalização do desenvolvimento contemporâneo. O mais interessante dessa questão ou desse processo contraditório é que os ideólogos do primeiro grupo partem dos pressupostos das ciências sociais para, idealmente, defenderem o

---

<sup>20</sup> “Só algum louco duvidaria de que o sistema econômico internacional era [e é] o eixo da existência material da raça humana” (Polanyi, 2000, 33).

<sup>21</sup> Devemos ter presente que enquanto mercadorias mão-de-obra, terra, dinheiro “são coisa de valor abstrato, privadas de suas qualidades sensíveis, manifestando-se somente nessa forma estranha de mediação da sociedade” (Kurz, 1992, 26).

<sup>22</sup> Fato, aliás, já constato por Marx, que ao criticar a economia política, na sua obra de mesmo título, sugeria também a necessidade de superar o campo da economia para mergulhar na política (Schwartz, 2000, 191)

desenvolvimento humano como algo social, como algo construído pelo homem, como um processo autônomo que possui leis próprias e, dessa forma, negam a dimensão humana e natural do desenvolvimento. E como consequência dessa negação, a vida humana e a natureza não passam de meio para a produção da mercadoria das mercadorias, o dinheiro.

Já os ideólogos do segundo grupo partem dos pressupostos das ciências naturais para, idealmente, defenderem o desenvolvimento econômico como algo natural, como algo dado pela natureza, como uma extensão das leis da natureza e, dessa forma, escondem o fato de que a economia capitalista é uma construção contemporânea, cujo objetivo maior é a produção de mercadorias (dinheiro). Desta maneira, direta ou indireta, consciente ou inconscientemente, os dois lados desta contenda sem fim, estão de mãos dadas na contribuição para a regionalização do desenvolvimento contemporâneo ir se fazendo de acordo com as necessidades do desenvolvimento da produção de mercadorias, deixando em segundo plano, ou, em alguns muitos casos, em plano nenhum, a produção da vida.

Por essa condição imanente do processo de desenvolvimento contemporâneo de ser na essência sempre diferente do que sentimos na aparência, portanto um processo contraditório, ou uma contradição em processo, como comprova Mazzucchelli (1985), é que sempre devemos buscar, por trás da quantidade da força de trabalho ou dos recursos humanos, pesquisar a qualidade de vida do trabalhador; por de trás da objetividade dos recursos naturais ou da terra, considerar a subjetividade da vida em geral; por de trás da fetichização da forma mercadoria, constatar o conteúdo de sua materialidade; por de trás da abstratividade do processo de globalização econômica, verificar a realidade do processo de regionalização (localização), social e ambiental, do desenvolvimento contemporâneo no Rio Grande do Sul. Assim, o desenvolvimento e o conhecimento econômico do processo de regionalização gaúcho se fazem numa dialetização dessas duas lógicas contraditórias; por isso, exclusivas e exaustivas entre si : a lógica da vida (vida que se vitaliza finitamente de forma regionalizada) humana e da vida em geral, versos a lógica da mercadoria (valor que se valoriza infinitamente de forma globalizada).

## BIBLIOGRAFIA

- ALBERT, M. . *Capitalisme contre Capitalisme*. Paris: Le Seuil, 1991.
- BANDEIRA, P. S. .Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional. In: BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. S. (Orgs). *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Coleção Desenvolvimento Local-Regional, Vol. 1).
- BECK, U.; GUIDDENS, A.; LASH, S. . *A Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BECKER, B. K. A Amazônia pós-ECO-92. In: BURSZTYM, M.. *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BECKER, D. F. e BANDEIRA, P. S. . (orgs.)– *Determinantes e desafios contemporâneos*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. (Coleção Desenvolvimento local-regional. Vol. 1).
- BECKER, D. F. . A economia política da regionalização do desenvolvimento contemporâneo. *REDES*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, V6, N3, 7-46, set/dez., 2001a;
- . Economia política neo-gramsciana I. *Estudo & Debate*. Lajeado: EDUNIVATES, V8, N2, 2001b.
- . (org.). *Desenvolvimento sustentável - necessidade ou possibilidade?*. 3ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.
- . *REDENEP – a pesquisa, o planejamento e a gestão em rede do desenvolvimento local-regional*. Lajeado: EDUNIVATES, 2000e
- . ----- . (org.) *Competitividade: o (des)caminho da Globalização*. Lajeado: FATES, 1998.
- . . Sustentabilidade: o (des)caminho da regionalização social. *Estudo & Debate*. Lajeado: FATES, V3/4, N2/1, p. 07-44, 1997.
- . . Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma desenvolvimentista. *REDES*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, V2, N2, p.17-73, 1996.
- BELLUZZO, L. G. M. . Dinheiro e transfigurações da riqueza. IN: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. . *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- . *Valor e capitalismo*. São Paulo: Bial, 1987.
- BENKO, G. . *Economia, espaço e globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999.
- BOBBIO, N. . *Direita e esquerda*. São Paulo: UNESP, 1995.

BOYER, R. e DRACHE, D. . *Estados contra mercados: os limites da globalização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

BRAGA, J. C. S. . *Temporalidade da riqueza: teoria da dinâmica e financeirização do capitalismo*. Campinas(SP): IEÚNICAMP, 2000..

----- . Financeirização global: O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. IN: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. . *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

----- . Economia política da dinâmica capitalista: Observações para uma proposta de organização teórica. *Estudos Econômicos*. São Paulo: FIPE/USP, v26, Número Especial, p. 83-133, 1996.

CASTELLS, M. . *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHESNAIS, F. . *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

CHORNEY, H. . Dívidas, déficit e pleno emprego. In: BOYER, R. e DRACHE, D. . *Estados contra mercados: os limites da globalização*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

COUTINHO, C. N. . Socialismo e democracia. In: AGGIO, A. . *GRAMSCI: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.

DOWBOR, L. . *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*. Petrópolis: Vozes, 1998.

ESTEVA, G. . Desenvolvimento. In: SAHS, W. (Editor). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000

FIORI, J. L. . Introdução: De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L. . *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

----- . Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. . *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GRAMSCI, A. . *Quaderni del carcere*. Torino: Einaudi, 1975.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993

HIRST, P. e THOMMPSON, G. . *Globalização em questão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

KHERDJEMIL, B. . *Territoires, mondialisation et redéveloppement*. Paris : RERU, n2, 1999.

KUMAR, K. . *Da sociedade pós-industrial à sociedade pós-moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

KURZ, R. . *O colapso da modernização: da democracia do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LEITE, M. A. P.. *Destruição ou desconstrução*. São Paulo: Hucitec, 1994.

LEIS, H. R. . Ambientalismo. In: LEIS, H. R. . *Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania*. São Paulo: Cortez; Florianópolis:UFSC, 1995.

MAZZUCHELLI, F. . *A contradição em processo: o capitalismo e suas crises*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NICOLESCU, B. . *O manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: TRIOM, 1999.

NOGUEIRA, M. A. . Gramsci e os desafios de uma política democrática de esquerda. In: AGGIO, A. . *GRAMSCI: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.

OLIVEIRA, C. A. B. . *O processo de industrialização – do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas (SP): IE/UNICAMP, 1985. (Tese de Doutorado em Economia)

PERRET, B. e ROUSTANG, G. . *A economia contra a sociedade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

POLANYI, K. . *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

RAVIX, J. L. e TORRE, A. . Elements pour une analyse industrielle des systemes localises de production. *Revue d'Économie Régionale et Urbaine*. Paris: ADICCUER, n3/4, p. 375-390, 1991.

SANTOS, M. . *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.

SACHS, I. . *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SIMIONATTO, I. . O social e o político no pensamento de GRAMSCI. In: AGGIO, A. . *GRAMSCI: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: UNESP, 1998.

SCHUMPETER, J. A. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SCHWARTZ, G. . *O capital em jogo: Fundamentos filosóficos da especulação financeira*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

STREETEN, P. . Globalização: ameaça ou oportunidade. In: ARBIX, G.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. . *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: EDUNESP, 2001.

TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. . *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

----- .. *Desajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.